

# CULTURA E UNIVERSIDADE: A ORGANIZAÇÃO DO CAMPO CULTURAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA

## CULTURE AND UNIVERSITY: THE ORGANIZATION OF THE CULTURAL FIELD IN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN PARAÍBA

Alexandre Santos Arantes de Souza<sup>1</sup>  
Elinaldo Menezes Braga<sup>2</sup>  
George Glauber Félix Severo<sup>3</sup>  
Gilvanedja Ferreira Mendes<sup>4</sup>  
Igor Nóbrega Carvalho<sup>5</sup>

**Resumo:** O presente artigo realiza um panorama das políticas e das gestões culturais das instituições públicas de educação superior da Paraíba (IPES), a UFPB, a UFCG, o IFPB e a UEPB. A partir da análise institucional e do relato de seus autores — todos estes envolvidos diretamente com a gestão cultural das suas instituições —, busca-se refletir os percursos de desenvolvimento do campo cultural nas gestões universitárias e o aprofundamento da institucionalidade. O debate sobre a perspectiva de reconhecimento da cultura como a *quarta dimensão* da tríade constitutiva da educação superior brasileira se faz necessário tendo em vista um processo de desenvolvimento que reconheça o fator cultural como um de seus principais vetores, alinhando-se às estratégias locais de desenvolvimento social, humano, educacional, cultural e econômico.

**Palavras-chave:** Cultura e universidade. Políticas culturais. Gestão universitária. Educação superior. Paraíba.

**Abstract:** The present article provides an overview of the cultural policies and management of public institutions of higher education in Paraíba, the UFPB, UFCG, IFPB and UEPB. Based on institutional analysis and the report of its authors — all of whom are directly involved in the cultural management of their institutions —, we seek to reflect on the development paths of the cultural

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia, pós-graduando na especialização em Políticas e Gestão Cultural (UFRB), graduado em Comunicação Social (UFRB), Produtor e Gestor Cultural da UFPB, Pesquisador do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult), e-mail: comunica.alexandre@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Educação (PPGED/UFS), mestre em Linguística e Graduado em Letras, ambos pela UFPB, docente do Curso de Letras do CFP/UFCG, Coordenador do Núcleo de Extensão Cultural/CFP/UFCG, Músico e Compositor, e-mail: naldinhobraga@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestre em Etnomusicologia e graduado em música (percussão), ambos pela UFPB, docente de Música do IFPB, Diretor de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IFPB, Músico e pesquisador do ObservaCult, e-mail: georgelauber@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestra em Ciência da Informação, especialista em Gestão Cultural (UFBA), graduanda em Gestão Pública (UFPB). Bibliotecária-Documentalista da UFPB, Pesquisadora do ObservaCult, e-mail: gilvanedja@gmail.com

<sup>5</sup> Especialista em Produção Cultural, Arte e Entretenimento (Faculdade Unyleya), graduado em Comunicação Social (UEPB). servidor da Pró-Reitoria de Cultura da UEPB (Procult). Músico, Compositor e Pesquisador do ObservaCult, e-mail: igornobregacarvalho@gmail.com

field in university administrations and the deepening of institutionality. The debate on the perspective of recognizing culture as the fourth dimension of the constitutive triad of Brazilian university is necessary in view of a development process that recognizes the cultural factor as one of its main vectors, in line with local development strategies social, human, educational, cultural, and economic.

**Keywords:** Culture and university. Cultural policies. University management. College education. Paraíba.

## 1 INTRODUÇÃO

O campo cultural é essencialmente e, cada vez, mais transversal. “Essencialmente” porque atravessa e é atravessado por inúmeros outros campos sociais como marca constitutiva de sua existência, conformando-se a partir de sua vinculação e de seus elos. “Cada vez mais” por demonstrar uma importante capacidade de aperfeiçoamento diante das novidades e exigências do mundo em amplo sentido, como, por exemplo, a relação entre Arte, Cultura e tecnologia, em constante movimento de inovação e desafios. Desse modo, é possível dizer que a transversalidade é uma marca indelével do campo cultural, que o posiciona no centro de uma ampla teia de relações, gerando incidência deste campo sobre outros, assim como sofrendo influência de variados campos sociais. Ao refletir sobre o lugar das políticas culturais nos contextos governamentais, Vich (2014, p. 92) afirma que elas devem ter como “[...] primer objetivo posicionar a la cultura como una dimensión transversal de todas las políticas de gobierno”, de modo a ampliar os impactos decorrentes de sua atuação e produzir transformação social, e que, sem isso, tornam-se muito limitadas.

Neste amplo raio de relações a que está submetida a Cultura, é com a educação que ela encontra sua vinculação mais pujante, transversalidade esta comumente avaliada como potencialmente transformadora da sociedade e dos indivíduos. Para efeito de análise, interessa-nos a relação entre Cultura e educação em nível superior, e mais detidamente o contexto de organização do campo cultural nas instituições de ensino – suas políticas, modelos de gestão, produção artístico-cultural, setores existentes, modos de atuação, entre outros aspectos.

O tema tem ganhado densidade nos últimos anos, assim como tem sido alvo de políticas públicas em variados períodos da história recente das políticas culturais nacionais, com momentos de destacados investimentos. Pode-se destacar brevemente dois importantes momentos: o primeiro, datado do final dos anos 1970, trata-se da atuação da Fundação Nacional de Arte (Funarte) durante o governo civil-militar instaurado à época junto às Instituições de Ensino Superior, o que permitiu a criação de inúmeros setores culturais e o desenvolvimento de ações sistemáticas em todo o país. O segundo, mais recente, trata da atuação dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016, a partir de construções institucionais levadas a cabo pelo Ministério da Cultura (MinC), em seus processos de formulação e implementação de políticas, mas também em sua relação junto ao Ministério da Educação (MEC) e atuações conjuntas. Tais momentos serão analisados mais à frente, quando apresentaremos com detalhes alguns marcos elencados.

Por sua vez, esse trabalho engloba o panorama do campo cultural de quatro (IPES) presentes no mesmo território estadual, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Instituto Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (IFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Estas IPES, embora possuam suas singularidades – em abrangência, orçamento, finalidade, processos constitutivos, estruturas de gestão -, detêm em comum uma forte presença em todo território paraibano e uma larga relação com o campo da cultura e das políticas culturais em seus interiores. Todas são detentoras de estruturas de produção e gestão artístico-cultural, tais como espaços, equipamentos culturais e museus, núcleos de Extensão e Pesquisa, graduações e pós-graduações, além de possuírem modelos institucionais próprios e diferentes níveis de desenvolvimento de suas políticas culturais. Vale salientar que, a despeito da realidade de cada instituição, algumas dessas estruturas foram criadas no final dos anos 1970, diretamente influenciadas pela atuação da Fundação Nacional da Arte (Funarte), e outras, nos anos 2000, sob influência das recentes políticas elencadas.

Com o presente trabalho, busca-se refletir os percursos de desenvolvimento do campo cultural nas gestões universitárias e o aprofundamento da institucionalidade, evidenciando o panorama de estruturação

e organização dos setores artístico-culturais dessas instituições, procurando compreender como posiciona-se o campo cultural, suas políticas e modelos de gestão. Além disso, busca-se evidenciar a capilaridade da atuação dessas IPES, seja em termos territoriais – na medida em que, se somadas, estão presentes em todas as mesorregiões do estado, com *campus* em diversas cidades de diferentes portes -, seja em abrangência de segmentos artísticos-culturais atingidos – ao que se destina uma ampla variedade de setores institucionais, com distintas finalidades, funcionalidades e formas de atuação.

Com isso, pode-se dizer que a relação entre Cultura e educação, e mais detidamente a educação superior, encontra um forte lastro na realidade cultural paraibana, para a qual estas IPES têm dado importantes contribuições, seja na formação de agentes culturais (artistas, produtores, técnicos etc.), seja na dinamização dos territórios, com a oferta de suas programações e projetos, seja na produção de conhecimento e pesquisa, entre outras formas de atuação. Pode-se dizer que esta atuação incide diretamente sobre a conformação do campo cultural na Paraíba e que a presença dessas IPES se confunde com a própria história cultural contemporânea do estado, haja visto que são decisivas para o desenvolvimento de diversos momentos e movimentos que deflagram fases, ciclos e processos de toda uma produção artístico-cultural de referência.

## **2 MARCOS DA INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Na busca por compreender o percurso de construção das políticas culturais para a educação e das políticas de educação para a cultura, elencamos cinco marcos determinantes para a constituição desse campo transversal de políticas públicas em interação. Tais marcos estão distribuídos em dois períodos, sendo o primeiro a experiência histórica vivenciada nos anos 1970 e o segundo, marcos recentes, oriundos de políticas federais implementadas a partir de 2003.

O primeiro marco destacado trata da atuação da Funarte, a partir de sua criação, em 1975, durante o governo civil-militar instaurado à época. Mesmo com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1953, somente no final da década de 1970 surgiram ações transversais junto às instituições de ensino

superior, fruto muito mais da atuação da Funarte do que se tratando de uma política consolidada pelo Ministério. Essa constatação revela uma tendência predominante em que o campo cultural apenas figurou no plano das políticas do governo federal, sendo ofuscado pela dimensão da agenda apresentada pelo campo da educação. Para Botelho (2011, p. 97), “no quadro do governo federal, a Funarte foi o órgão que trabalhou mais sistematicamente com as instituições de ensino superior”, e desde sua criação “havia uma demanda vinda de grande número de universidades com solicitações de apoio a suas atividades, para as quais o MEC não designava recursos”.

A atuação da Funarte junto às universidades vem ancorada na Política Nacional de Cultura (PNC), de 1975, documento norteador, que previa o apoio à formação de profissionais do segmento cultural para uma atuação técnica qualificada, como forma de profissionalizar o setor. Para isso, o documento define as universidades como ambientes propícios a essa atuação. É sob essa orientação que a Funarte inicia um forte trabalho junto às universidades, voltado à formação profissionalizante e à educação artística. São algumas de suas principais ações o Projeto Universitário (1977), o Projeto Festivais de Arte e o Projeto Fazendo Arte (1980). Dessa forma, as ações da Funarte, no final da década de 1970, ainda que de caráter descontinuado, e mesmo sob a égide do regime autoritário, firmaram-se como as primeiras políticas transversais entre as duas áreas em questão, avaliadas como exitosas, ainda que experimentais.

Já acerca do segundo período destacado, marcado pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016) à frente da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pode-se afirmar que foi um contexto de muitas inaugurações nas políticas públicas e de fortalecimento das relações entre cultura e educação de um modo geral. A análise da complexidade desses governos e das políticas desenvolvidas não cabe no espaço disponível, contudo, três marcos podem ser destacados como fundamentais para a interação entre as políticas de cultura e educação, e mais especificamente para o ensino superior, nestes governos recentes.

Desse período, o primeiro marco elencado é a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, que depositou volumosos investimentos nas IPES com o

objetivo de gerar condições de acesso e permanência e qualificar as estruturas físicas e recursos humanos existentes. O Reuni foi a principal política de reestruturação das IES após quase duas décadas (1980/90) de poucos investimentos no setor da educação e, mais especificamente, nas universidades. Com este programa, viu-se uma ampla agenda de reestruturação, ampliação e criação de novos *campi*, novos cursos de graduação e pós-graduação, construção de prédios, laboratórios e equipamentos, entre outros aspectos. Sua implantação deu margens para que essas reformas atingissem também os setores de artes e cultura das universidades, seja na gestão da política cultural das instituições, seja por meio de investimentos diretos no tripé ensino-pesquisa-extensão ligado ao campo cultural. Devido aos efeitos iniciais gerados, onde se contemplou também cursos associados às artes, à diversidade e à economia da cultura, além de apoiar a formação de professores e o desenvolvimento de pesquisa e extensão neste campo, Acco (2012, p. 26) avalia que o programa possuía um grande potencial em “se converter num importantíssimo mecanismo de afirmação da política de educação e cultura”.

O segundo é o Plano Nacional de Cultura (PNC), de 2010, fortemente influenciado pelas Conferências Nacionais de Cultura ocorridas em 2005 e 2010, responsáveis por indicar a emergência em reaproximar as duas agendas em questão. O PNC consolida em sua redação metas relacionadas à interação entre educação e cultura, em que, das sete metas dedicadas ao tema “Educação e produção de conhecimento”, cinco (as metas 15, 16, 17, 18 e 19) estão diretamente ligadas ao ensino superior e ao ensino técnico, especificamente voltadas à formação de agentes e gestores culturais, fomento à pesquisa, à qualificação, à capacitação e à certificação dos agentes culturais (BRASIL, 2012). Neste sentido, a centralidade dada às IPES no PNC demonstra que estas instituições passaram a desempenhar um papel cada vez mais estratégico para a consolidação do desenvolvimento humano, social, político e econômico, potencializado pela dimensão cultural.

O terceiro é o Programa Mais Cultura nas Universidades, criado em dezembro de 2013, por meio da Portaria Interministerial nº 18 entre MEC e MinC, dando consequência a uma série de debates acumulados nos anos anteriores, a partir da realização de seminários conjuntos e outras ações entre ambos os

ministérios. Este programa condicionava a transferência orçamentária às IPES à apresentação de planos de cultura bienais para a orientação da implementação dos recursos. Para sua gestão, foi definido um sistema compartilhado com representações dos ministérios, das universidades envolvidas e de outros atores. O programa foi um salto qualitativo e quantitativo em relação a uma tentativa frustrada do MinC ao lançar, em 2010, o Programa Cultura e Universidade, de forma isolada e com recursos oriundos tão somente da própria pasta, que já contava com parco orçamento, além de outras fragilidades e controvérsias. O Programa Mais Cultura nas Universidades teve sua implementação prejudicada<sup>6</sup> e descontinuada a partir do contexto de pressão e desmonte do Estado brasileiro, consolidado mais fortemente com o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016.

Por fim, o quarto marco elencado trata-se da criação, em março de 2015, da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac), em substituição à Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, do MinC. Institucionalmente, esse marco sublinha a elevação ao *status* de secretaria do lugar da educação no interior do MinC. Este movimento se mostrava promissor, na medida em que apontava, por exemplo, para a criação do Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, o nono elemento de consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), entre outras políticas planejadas.

Estes são marcos de maior impacto e evidenciam esforços em grande escala, o que não deve submeter outras ações e projetos ao apagamento de seu registro, sejam experiências do governo federal ou mesmo das instituições de ensino e seus atores. Também as “conquistas” elencadas devem ser alvo de novas reflexões, a título de avaliação de seu percurso e contribuição para novos pontos de partida futuramente. Isto porque a ruptura democrática vivida após 2016 no Brasil levou ao abandono dessas agendas pelos últimos dois governos

---

<sup>6</sup> Com o lançamento do edital de abrangência nacional, na Paraíba, apesar de três instituições federais de ensino superior terem sido habilitadas — UFPB, UFCG e IFPB —, somente a primeira foi classificada para uma das vagas, aprovando um projeto no valor de R\$ 1.125.000,00 (um milhão cento e vinte e cinco mil reais). Esse recurso nunca chegou à instituição, posto que o contexto de crise econômica e as descontinuidades provocadas pela ruptura democrática no país inviabilizaram sua concretização.

federais (Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro), substituindo um projeto político de fortalecimento da presença estatal no campo da cultura e das políticas culturais, de garantia dos direitos culturais e respeito à diversidade, por um projeto neoliberal de completo esvaziamento da agenda, principalmente pela extinção do MinC e sua redução ao *status* de secretaria, ainda permeada por indefinições institucionais. Pior, se vê, em pleno ano de 2021, um contexto de subversão das políticas públicas de cultura, submetidas hoje a finalidades de controle, censura e disseminação da intolerância à diversidade cultural.

Contudo, pode-se evidenciar que estes dois principais momentos de investimentos na interação entre políticas culturais e políticas de educação superior produziram importantes marcas nas IPES, ainda que estas também tenham sofrido com as descontinuidades e fragilidades desses processos. É isso que se vê na realidade das IPES paraibanas, seja em suas políticas e estruturas inauguradas nos anos 1970, seja na oxigenação vivida durante os governos do PT e seus investimentos a partir do ano 2003.

### **3 A ORGANIZAÇÃO DO CAMPO CULTURAL NAS IPES PARAIBANAS**

Antes de entrar na análise e descrição da organização do campo cultural nas IPES paraibanas, caracterizar-se-á, de forma resumida, seus distintos processos de criação. Vale dizer que os dados levantados neste item do presente trabalho são fruto da conjunção entre pesquisas dos autores (SOUZA, 2015), suas experiências empíricas nas instituições e consulta a fontes institucionais<sup>7</sup>.

A UFPB foi criada em 13 de dezembro de 1960, como resultado do processo de federalização da Universidade da Paraíba, criada em 1955 por iniciativa do então governador, escritor, advogado e sociólogo José Américo de Almeida. Inicialmente, reunia onze cursos de nível superior que já existiam no estado. Ao longo dos anos, a UFPB expandiu-se, chegando a 2002 com sua

---

<sup>7</sup> Para isso, foram consultados os sites das quatro IPES, contendo histórico, notícias e outras informações disponibilizadas em seus sistemas de gestão acadêmica: <https://www.ufpb.br/>, <https://portal.ufcg.edu.br/>, <https://www.ifpb.edu.br/> e <https://uepb.edu.br/>.

distribuição por sete *campi* em diferentes cidades — João Pessoa, Areia, Bananeiras, Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa.

Com a criação da UFCG, em abril de 2002, apenas os três primeiros *campi* citados permaneceram com a UFPB. Posteriormente, durante o processo de expansão vivido nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), foram criados o *campus* Litoral Norte, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, e as unidades de Mangabeira e Santa Rita. Sua estrutura interiorizada e *multicampi* é marca constitutiva dessa instituição, revelando sua forte presença e impacto em diferentes territórios do estado, posto que se insere em variadas mesorregiões (Brejo, Litoral Norte e Zona da Mata), cada uma delas culturalmente singular.

A UFCG, com uma estrutura *multicampi* herdada da UFPB (em Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa), hoje, estende-se ainda pelas cidades de Cuité, Pombal e Sumé. Contudo sua história é anterior e remete-se ao ano de 1952, quando da fundação, em Campina Grande, da Escola Politécnica da Paraíba (Poli), criada também pelo governador José Américo de Almeida, a qual acelerou o desenvolvimento da cidade, promovendo mudanças econômicas, sociais, culturais e urbanas. Sua criação impulsionou o surgimento de outras universidades na região, além de desenvolver um forte perfil para a área de tecnologia. Nessa década, a Poli tornou-se uma escola de excelência. Figura central no seu processo de desenvolvimento foi o professor Lynaldo Cavalcanti, que também foi reitor da UFPB em anos posteriores e teve um importante papel para o seu crescimento. Assim, juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas (Face), em 1973, a Poli foi integrada à UFPB, tornando-se o *Campus* II. E, como dito, em 2002, é desmembrada dessa instituição, conquistando sua atual estrutura e *status*.

O IFPB, com sua atual estrutura, foi criado em 2008, a partir da criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, implementada pelo governo do presidente Lula, cujo ministro da Educação era Fernando Haddad. Contudo, suas origens revelam que essa é uma das escolas mais antigas do estado, remetendo ao início do século XX. Em seu percurso, o IFPB foi criado a partir da integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa). O Cefet-PB,

por sua vez, originou-se da Escola Técnica Federal da Paraíba, antes denominada Escola Técnica Industrial, oriunda do anterior Liceu Industrial e este, por sua vez, da Escola de Aprendizes Artífices, que pertenceu a um grupo de 19 instituições criadas por meio do Decreto nº 7.566/1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha. A finalidade dessas instituições era de ofertar um ensino profissional gratuito àqueles que necessitavam de uma profissão e não podiam pagar. Hoje, o IFPB marca sua presença em 19 cidades paraibanas, com um total de 21 *campi*.

A UEPB foi criada em 11 de outubro de 1987, pelo então governador Tarcísio Burity. Esse ato marcou a estadualização da antiga Universidade Regional do Nordeste (URNe), criada em 1966. Com sua sede localizada em Campina Grande desde a fundação, hoje, está presente também nos municípios de Araruna, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Lagoa Seca, Monteiro e Patos. Em 1996, obteve reconhecimento do MEC e, em 2004, conquistou sua autonomia financeira, inaugurando uma nova fase administrativa e de investimentos na educação superior no estado.

### **3.1 Políticas e gestão cultural na UFPB**

No que tange ao desenvolvimento do campo cultural da UFPB, pode-se dizer que seu percurso confunde-se com a história das artes e da cultura paraibanas, por um conjunto de realizações institucionais que influenciou direta e indiretamente o surgimento de movimentos estéticos, contextos efervescentes de produção e criação artística, além de políticas culturais.

Pode-se citar que, em seu processo fundacional, um dos órgãos criados para a gestão das políticas culturais foi o Departamento Cultural, que funcionou de 1962 a 1974. Nesse último ano, o órgão foi substituído pela Coordenação de Extensão Cultural (Coex). É também desse período a criação da Biblioteca Central (BC), que teve sua primeira regulamentação em 1961, e posteriormente, em 1978, a criação do primeiro Sistema de Bibliotecas.

Principalmente entre os anos de 1976 e 1980, sob o reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti, viu-se uma rápida expansão da UFPB, com a criação de diversos cursos de graduação e pós-graduação, com a contratação

de professores de outras regiões do país e também estrangeiros, assim como com a criação de inúmeros núcleos de pesquisa e extensão — tendo sido criados, ao todo, 36 núcleos e laboratórios em toda universidade.

Destacam-se, portanto, alguns dos principais avanços desta época no campo das artes e da cultura. Em 1976, é criada a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (Prac, hoje Pró-Reitoria de Extensão - Proex), fruto da união de três setores, sendo eles a Coex, a Pró-Reitoria para Assuntos Didáticos e a Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis, que desenvolviam atividades que abrangiam não somente o público universitário, mas também a sociedade em geral. Na sequência, está a criação do Departamento de Artes e Comunicação (Dac), em 1977, com os cursos de Comunicação Social e Educação Artística (habilitação em Artes Visuais, Artes Cênicas, Música e Desenho). Em seguida, veio a criação do Núcleo de Arte Contemporânea (NAC), Núcleo de Produção e Pesquisa da Cultura Popular (Nuppo), ambos em 1978, do Núcleo de Documentação Cinematográfica (Nudoc) e Núcleo de Teatro Universitário (NTU), em 1979, criados durante a gestão do pró-reitor Iveraldo Lucena.

Para atender às finalidades dos núcleos, ainda foram criadas estruturas físicas e acervos destinados ao desenvolvimento pleno das atividades propostas. Tais estruturas compreendem equipamentos e acervos culturais, como o Teatro Lima Penante, pertencente ao NTU, a Galeria de Arte do NAC e, mais à frente, o Museu da Cultura Popular, ligado ao Nuppo. Além dessas estruturas, os núcleos são dotados ainda de bibliotecas, filmotecas, acervos em áudio e vídeo e até mesmo de pousada (como no caso do NTU).

É também dessa época a criação do Museu do Brejo Paraibano, também conhecido como Museu da Cachaça e da Rapadura, criado em 1978, a partir da estrutura fabril do Engenho da Várzea, engenho açucareiro do século XVIII, instalado na cidade de Areia (*Campus II*). Em paralelo, a partir da segunda metade da década de 1970, o *Campus III* (Bananeiras) via formar-se os primeiros contornos do que hoje é o Memorial do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, somente criado oficialmente em 2012, que, juntamente com o arquivo documental do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA), remonta à história desse *campus* desde sua gênese, em 1913, muito antes da UFPB. Já numa leva posterior, aponta-se também a relevância da criação da

Pinacoteca da UFPB, em 1987, a partir dos esforços do artista visual e professor Hermano José, ligada ao Departamento de Artes Visuais. Mais posteriormente, em 1995, é criado o Balé Popular da UFPB, ligado ao NTU, ainda em atividade.

Mas os anos 1990 são marcados pelas políticas neoliberais que desinvestem nas universidades públicas, levando esses núcleos a vivenciar fortes dificuldades diante da escassez de recursos. Com isso, há declínio da forte intervenção que os núcleos de extensão haviam realizado em tempos anteriores sobre o cenário cultural paraibano. Pode-se afirmar que tal ciclo só foi rompido com a chegada de governos progressistas, nos anos 2000, cuja tônica política para ambas as pastas foi marcada pela ampliação dos recursos orçamentários e políticas públicas inovadoras, de reconhecimento do papel exercido pela educação e cultura, e mais ainda quando estas interagem.

Assim, dá-se agora um salto a contextos mais recentes do domínio da cultura e das políticas culturais na UFPB, posto que o período de 2003 a 2016 foi de voluptuosos investimentos. Ao domínio das artes e da cultura, conferiu-se uma particular singularidade, com a criação de projetos, equipamentos, corpos artísticos, cursos e departamentos.

Destaca-se, por exemplo, a criação do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), em 2011, que atualmente abriga os cursos de Artes Visuais, Cinema, Dança, Música, Música Popular, Regência de Bandas e Fanfarras e Teatro — além dos cursos de Comunicação Social, muitos dos quais formaram inúmeros produtores e artistas que atuam no cenário cultural paraibano —, bem como os programas de pós-graduação em Artes de Espetáculo, Artes Visuais e Música. Outras estruturas e grupos são ligados ao CCTA, como o Cine Aruanda, a Sala de Concertos Radegundis Feitosa e a Galeria de Artes Visuais Lavandeira, além da Orquestra Sinfônica da UFPB, do Coral Gazzi de Sá e do Núcleo de Produção Digital (NPD).

Outra questão é a singularidade de cada território onde a UFPB está inserida, entre os quais destaca-se o *campus* do Litoral Norte, nas cidades Rio Tinto e Mamanguape, território do povo indígena Potiguara demarcada e de forte expressividade para a cultura paraibana, onde o curso de Antropologia (graduação e pós-graduação) mantém fortes relações com as populações tradicionais da região. Já os *campi* de Areia e Bananeiras, ambos localizados na

região do Brejo, são de grande importância para o estado, sendo que a segunda cidade teve parte de seu conjunto histórico, urbanístico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com todos esses territórios, a UFPB dialoga intensamente a partir da sua produção no ensino, pesquisa e extensão.

Destacam-se brevemente algumas experiências recentes que envolvem as políticas culturais na UFPB e a capacidade de incidência de seus grupos: *i)* a formalização e arrojamento conceitual e técnico do atual Sistema de Bibliotecas da UFPB, desde 2009, que caminha para um estágio de integração entre procedimentos e plataformas digitais, articulando as dezenas de bibliotecas setoriais à Biblioteca Central; *ii)* a criação, em 2014, do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult), grupo de estudos, ensino, pesquisa e extensão, cuja produção tem gerado expressivas contribuições às políticas culturais nas esferas estadual e municipal, assim como para a própria UFPB e outras instituições de educação, incidindo sobre diversos processos de formulação, articulação e implementação de políticas; *iii)* a criação do Museu Casa de Cultura Hermano José, em 2017, a partir da doação do acervo e da casa do professor e artista visual antes de seu falecimento, voltando-se à preservação e à difusão da memória de um dos mais importantes artistas paraibanos do século XX; *iv)* a atuação decisiva do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (Nuplar/Proex), junto com o Fórum de Forró Raiz da Paraíba, organização social que reúne mestres, artistas e produtores ligados à cultura forrozeira no estado, promovendo uma articulação nacional com vistas ao reconhecimento das matrizes do forró tradicional como patrimônio cultural brasileiro; *v)* criação do Edital UFPB no Seu Município, da Coex/Proex, de fomento à extensão nas áreas de cultura e educação; *vi)* a criação da Rede de Museus da UFPB, em 2018, que visa articular as 11 unidades museológicas ligadas a essa universidade; *vii)* as contribuições do projeto de extensão e pesquisa Subindo a Ladeira à organização social na comunidade Porto do Capim, junto com a Associação de Mulheres do Porto do Capim, desde os processos de formação e empoderamento através da educação patrimonial até o papel decisivo para a visibilização e adensamento das lutas recentes contra projetos que visam à gentrificação da comunidade; *viii)* a criação, ainda em fase

germinal, do Memorial Sivuca, fruto da doação do acervo deixado pelo músico paraibano após seu falecimento e doado à UFPB por sua família.

Inúmeros grupos e projetos de pesquisa e extensão ficam de fora deste relato, haja vista a impossibilidade de abordá-los integralmente. São inúmeras ações que se originam nas graduações, nas pós-graduações, na pesquisa e na extensão, entre outros ambientes que os impulsionam. Esses diversos projetos, ações, órgãos, grupos artísticos, entre tantas outras experiências aqui não relatadas, estão espalhadas por diversas estruturas presentes na instituição. Apresentam-se hoje como um dos mais importantes ativos da UFPB, um capital cultural erguido a partir da sua inserção no território paraibano e do seu prestígio enquanto instituição educativa, traduzido hoje em diversas estruturas e experiências de projetos e estímulos às artes e à cultura. Por isso, trata-se como inadequado o modelo que define o lugar do setor cultural na UFPB como *naturalmente* ligado à extensão — ainda que essa relação tenha possibilitado experiências exitosas e avanços, até certo ponto, do campo cultural na instituição.

Torna-se necessário salientar que a relação entre Arte e Cultura na UFPB quase nunca se deu de forma harmônica. A escassez de quadros especializados para o desenvolvimento desse campo, somada à falta de recursos específicos para a gestão cultural, aliado ainda à falta de uma visão sistêmica desse volumoso capital do qual a instituição é detentora, tem gerado problemas de diversas naturezas. Este fato necessita ser melhor refletido em outros espaços, acerca dos desafios de formulação, implementação e gestão de políticas culturais no âmbito dessa instituição.

### **3.2 Política e gestão culturais na UFCG**

Como já dito, a UFCG foi criada em 2002, com uma estrutura *multicampi*, fortemente enraizada em diversas regiões do estado. Em seu organograma, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (Propex) possui uma Coordenação de Extensão, responsável por elaborar e executar ações que contemplem a extensão cultural, proporcionando o diálogo entre a academia e as comunidades atendidas pela Universidade, no que diz respeito, sobretudo, à produção

artística. De antemão, um dos desafios que se impõem à gestão cultural a partir da Propex é a necessidade de melhor articular os quadros técnicos especializados, hoje dispersos e até mesmo em desvio de função.

Pode-se dizer que uma das primeiras estruturas do campo da cultura vinculadas à UFCG é o Núcleo de Artesanato (Nart). Sua origem remete-se diretamente às ações de extensão da Escola de Agronomia do Nordeste, as quais eram direcionadas aos artesãos dos Centros de Treinamento de Economia Doméstica, voltadas ao desenvolvimento de trabalhos manuais, que reuniam um público majoritariamente feminino. Todo esse trabalho foi absorvido pela UFPB, em 1968, e implementado na primeira metade da década de 1970.

Na sequência, tais centros passaram a se chamar Centros Artesanais Rurais Femininos e, posteriormente, Núcleos de Artesanato. Na década de 1980, tornaram-se Oficinas de Artesanato da Subcoordenação de Desenvolvimento do Artesanato (Sudart), setor então vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários. Até então, a perspectiva dos cursos conferia grande ênfase à participação ativa da mulher na geração de renda familiar.

Em 1993, as ações de extensão da Sudart foram incorporadas ao Nuppo. Em 1999, sua sede foi transferida para o *Campus* da UFPB de Campina Grande, uma das 18 cidades que tinham núcleos de artesanato coordenados pela instituição. Com o desmembramento de quatro, dos sete campi da UFPB e criação da UFCG, em 2002, o Núcleo de Artesanato foi mantido na nova estrutura da UFCG. Hoje, esse órgão oferta uma série de cursos e realiza periodicamente feiras de artesanato na cidade. Outra ação interessante é a loja que o núcleo mantém em suas instalações, responsável pelo escoamento da produção de homens e mulheres que participam dos cursos e das oficinas.

No *Campus* de Campina Grande, destaque-se ainda o Museu de Artes Assis Chateaubriand, da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (Furne), e o Departamento de Arte e Mídia (Dart), responsáveis por uma significativa produção artística de professores e alunos que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão.

Após a sua criação, a UFCG logo ganhou o *Campus* de Sumé, em 2010, e, em 2006, o *Campus* de Cuité. No primeiro, foi criado o Núcleo de Extensão Cultural (Next), no qual vale destacar o papel desempenhado pelos professores

concursados para ministrarem disciplinas nas áreas de música, teatro e cinema, no curso de Educação para o Campo. Um dos exemplos da atuação do Next junto à comunidade é a realização do festival De Repente Beat, encontro científico e artístico voltado aos mais diversos temas, entre eles, a cultura.

No *Campus* de Cuité, que abriga o Centro de Educação e Saúde (CES), faz parte da política da Direção de Centro a realização do Festival Universitário de Inverno, buscando unir ciência, tecnologia, Arte e Cultura, com a perspectiva de promover a integração entre universidade e comunidade em um processo ampliado de inclusão e participação social e educacional. Esse *campus*, além de ser responsável, desde 2009, pelo Museu do Homem do Curimataú, também estabeleceu uma parceria com a Associação dos Artistas de Cuité com o intuito de apoiar as produções artísticas locais. Um exemplo disso é o suporte que o *campus* dá para a realização da Paixão de Cristo, evento que já faz parte do calendário cultural da cidade e recebe todos os anos um público de diversas regiões. Outro dado importante sobre o CES é que o Teatro Municipal Francisca Emília da Fonseca (Dona Chicota) está localizado dentro da área doada à UFCG, o que torna essa casa de espetáculo um patrimônio da instituição, passando, portanto, a receber os cuidados da universidade.

No *campus* de Cajazeiras encontra-se o Núcleo de Extensão Cultural (NEC), criado nos anos 1980, pela então UFPB, e que tem sua sede na antiga estação de trem de Cajazeiras, cidade localizada no sertão do estado, a 346 km de Campina Grande. O NEC tem como objetivos planejar, apoiar, organizar, fomentar e elaborar projetos relativos às manifestações artísticas e culturais no município de Cajazeiras e de outras áreas atendidas pelo Centro de Formação de Professores (CFP), integrando a universidade com os diversos segmentos da sociedade, reativando as fontes criadoras e descobrindo vocações artísticas. Nesse sentido, o referido núcleo tem desenvolvido ações que fazem dele um importantíssimo espaço de cultura da cidade.

Na atualidade, entre essas ações, podem-se destacar os projetos “Cabaçal: os pifeiros do Sertão da Paraíba” e “Estação das Artes”. Com o projeto Cabaçal, foi possível mapear todas as bandas de pífanos do sertão da Paraíba, gravar CDs, fomentar a produção de livros, materiais em vídeo e promover a inserção de algumas bandas de pífanos do sertão na programação de eventos

culturais realizados dentro e fora do estado, a exemplo da Virada Cultural de São Paulo, quando, na oportunidade, garantiu-se a presença da banda Cabaçal, de São José de Piranhas. Além do mais, esse projeto fomentou a produção de duas dissertações de mestrado, cujos objetos de pesquisas foram a referida banda; Os Inácios, da família Inácio, da zona rural de Cajazeiras; e a banda Cabaçal São Sebastião, do mestre Damião Pedro, da zona rural de São José de Piranhas.

Com o projeto Estação das Artes, executado desde 1995, o NEC possibilita o acesso a bens culturais, eruditos e populares, produzidos na Paraíba e em outras regiões do país, sobretudo no campo da música, contribuindo efetivamente para o processo de formação de novas plateias. Outros projetos que também merecem destaque são o Grupo de Capoeira Ginga Brasil, o Cineclube Marcélia Cartaxo e o Curso de Iniciação ao Teatro, todos de responsabilidade de funcionários terceirizados, contratados para implementar essas demandas.

É importante ressaltar que o NEC, nos últimos anos, tem estabelecido parcerias significativas na busca de uma maior dinamização de suas ações. Dessa forma, a partir da iniciativa de suas coordenações, o NEC e o Núcleo de Comunicação, Cultura e Artes (Nucca), do IFPB – *Campus* de Cajazeiras, promovem intercâmbios entre artistas, comunidades acadêmicas e comunidades atendidas pelos dois *campi*, realizam os projetos Poesia de Quarta e o Caminhos do Sol, este com a realização de atividades com foco na produção musical local e aquele com saraus poéticos.

Outro parceiro fundamental para a dinâmica do NEC tem sido o Centro Cultural Banco do Nordeste, cuja sede está na vizinha cidade de Sousa-PB. Esta parceria possibilita receber *shows*, realizar oficinas, exhibir espetáculos teatrais e de dança, entre outras ações. Além desse Centro Cultural, o NEC dialoga com iniciativas de outras instituições, a exemplo do Projeto Sindicultura, realizado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Paraíba, com ações propostas pelas Unidades Acadêmicas do CFP/UFCG e com os artistas locais, disponibilizando suas instalações para que sejam realizadas atividades culturais que contemplam as mais variadas linguagens artísticas.

Além das atividades desenvolvidas diretamente pelos agentes culturais do NEC ou por meio das parcerias elencadas anteriormente, o Núcleo apoia

algumas ações acadêmicas relacionadas às artes, a exemplo dos trabalhos do Grupo de Estudo em Cultura Popular, do Curso de Letras, com foco na literatura de cordel, repente e música popular brasileira.

Essa permanente relação com as expressões culturais locais e os agentes culturais da cidade e região tem levado a um interessante trânsito entre cultura popular e universidade, garantindo a presença de diversos grupos e artistas populares em eventos acadêmicos realizados pelos cursos, o que promove o diálogo entre sua produção artística e pesquisas acerca dessas expressões e grupos. Nesses eventos, destaca-se, ainda, a recorrente realização de uma Feira de Artesanato, que busca evidenciar a riqueza e a diversidade do artesanato local.

### **3.3 Políticas e gestão cultural no IFPB**

A temática da Arte e da Cultura transpassou por diferentes temporalidades institucionais na Rede Federal da Paraíba. Em um primeiro momento, tinham-se concomitante as escolas técnicas federais (ETF-PB), localizadas em João Pessoa e Cajazeiras e Escola Agrotécnica Federal de Sousa.

Na ETF-PB foi criada a Coordenação de Atividades Artísticas e Culturais (Caac). Nesse período, as ações artísticas e culturais estavam, em grande medida, voltadas para o movimento endógeno do ensino, nas suas demandas disciplinares e eventos escolares, bem como grupos artísticos (coral, banda marcial e teatro), cujos espaços priorizavam o caráter do entretenimento, da vivência e da expressão artística dos estudantes.

Posteriormente, a Caac torna-se o Núcleo de Artes, Cultura e Eventos (Nace), e continua a relação da Arte e Cultura com as pautas do ensino e dos grupos artísticos. Entretanto, foi nesse período que a dimensão cultural conquistou espaço enquanto campo de formação de pessoas para atuação no mundo do trabalho, com a criação de cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design, como o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical e de Tecnólogo em Design de Interiores. Destaca-se que a

implementação do Curso em Instrumento Musical torna-se efetiva no período de transição institucional para IFPB, que se discutirá a seguir.

Desse modo, os institutos federais (IFs) têm contribuído significativamente para o reposicionamento da educação profissional e tecnológica (EPT) brasileira, visto que a *ifetização* está assentada em uma abordagem eminentemente humanista e emancipatória, que compreende saberes culturais, do mundo do trabalho, da ciência e da tecnologia para “fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais” do ser humano, capaz de assegurar no processo formativo “o lugar da arte e da cultura” (PACHECO, 2010, p. 18).

Os IFs passam, então, a enxergar e delegar paulatinamente à dimensão cultural o espaço necessário para fazer valer a concepção de formação omnilateral do ser humano, voltada para a atuação ativa e transformadora no *mundo do trabalho* (BEZERRA, 2017; PACHECO, 2010).

Por outro lado, o reposicionamento do papel social do Estado brasileiro no período de 2003 a 2016 trouxe a dimensão cultural a um patamar mais próximo da vida cotidiana das cidades, perpassando pela defesa da centralidade da cultura, pelo fortalecimento das relações intersetoriais, buscando requalificar e ampliar o seu espaço para os vários espaços da vida cultural das comunidades.

Assim, a *ifetização* foi impactada pela agenda brasileira da política setorial de cultura, haja vista as tentativas de estabelecimento de um elo político entre o MEC e o MinC para possibilitar a centenas de milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos o acesso à formação, a produção e à fruição cultural.

O IFPB foi uma das instituições beneficiadas nesse movimento. A partir de 2014, no reitorado do professor Cícero Nicácio, conseguiu avançar no processo de institucionalização da gestão e política culturais. Foi a partir desse momento que o acúmulo das atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica encontrou espaço de construção dialógica com a então Pró-Reitoria de Extensão (Proext), gerida pela professora Vania Maria de Medeiros que integrava o Grupo de Trabalho Cultura (GT-Cultura) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (Forproext). Espaço esse de articulação política e de formulação de itinerários

educacionais a partir da Cultura, associada às políticas extensionistas. Destaque-se que o GT-Cultura estabeleceu profícuo diálogo com o MinC, por meio da Sefac, importante espaço de formulação e gestão oriundo do fortalecimento das políticas de cultura e educação.

Os avanços referenciados como conquista desse movimento de institucionalização da gestão cultural no IFPB, entre tantos outros, podem ser enumerados sinteticamente: *i)* mobilização interna para participação na chamada pública do programa Mais Cultura nas Universidades (2014-2015), promovendo a reflexão sobre a emergência de um espaço sistêmico de gestão e de formulação da política cultural institucional; *ii)* elaboração e aprovação da Política Cultural do IFPB, por meio da Resolução do Conselho Superior nº 140/2015 (Política de Produção e Promoção da Diversidade Artístico-Cultural no âmbito do IFPB), concebida com o acúmulo da comissão de elaboração da proposta de participação na chamada pública do programa Mais Cultura nas Universidades; *iii)* criação da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) em 2016, como consequência da mobilização dos agentes culturais e demais extensionistas da comunidade acadêmica no processo Estatuinte IFPB 2015; *iv)* criação da Diretoria de Cultura (DCult) da Proexc (outubro de 2017), na Regimento (2016), como o setor responsável pela formulação e pela gestão da política cultural do IFPB.

A seguir, citam-se algumas iniciativas experimentais e iniciais da DCult entre os anos de 2017 e 2019. Posteriormente, destacam-se algumas ações de 2020 aos dias atuais.

O Programa de Formação e Capacitação em Cultura que, fundamentado na práxis extensionista, buscou aproximação aos arranjos culturais das comunidades e teve a sua primeira iniciativa realizada em novembro de 2017, com a temática *instrumentalização para a execução de inventários participativos de bens culturais*, em parceria com o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e o Coletivo Garças do Sanhauá da comunidade tradicional ribeirinha do Porto do Capim, localizada no centro histórico de João Pessoa. Institucionalmente, a ação foi realizada em parceria com a Coordenação de Capacitação e Qualificação de Pessoas (CCPQ), da Diretoria Geral de Gestão de Pessoas (DGEP).

A realização do Encontro Nordestino de Arte Educação que, pela primeira vez, reuniu os docentes de Arte dos diversos *campi* da instituição, em agosto de 2017, no *campus* de Cabedelo, teve como debatedores docentes de cursos pós-graduação do Instituto Federal do Ceará e das universidades federais de Pernambuco e da Paraíba, além do artista popular Pedro Osmar e de gestores de outras Pró-Reitorias do IFPB. Participaram também desse encontro, docentes de Arte da rede municipal de ensino da cidade de Cabedelo.

A participação dos atores do campo artístico-cultural em torno do então Encontro de Extensão do IFPB (ENEX 2015) e toda a articulação entre os agentes culturais dos diversos *campi* e gestores da Pró-Reitoria, desencadeou em um grande destaque da área da cultura no evento. De modo que, em sua quarta edição, o ENEX (2017) passou a se chamar Encontro de Extensão e Cultura do IFPB, passando a ter uma modalidade específica de apresentação de trabalhos de extensão para o campo artístico-cultural.

Ainda em 2017, a Dcult organizou a programação cultural da Mostra de Extensão e Cultura, ocorrida como parte da programação da 41ª Reunião de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), realizada em João Pessoa-PB. Destaca-se que no evento foi realizada uma roda de conversa com a temática *economia da cultura*, mediada pela Proexc, que contou com a participação de reitores, pró-reitores e diretores-gerais de IFs de vários estados brasileiros e debatedores locais que atuam na área da produção cultural. Na ocasião, foi enfatizada a necessidade da rede federal dar mais visibilidade aos arranjos produtivos da cultura ao ampliar a oferta de formação do eixo tecnológico Produção Cultural e Design.

Destaca-se ainda a criação do primeiro edital específico da cultura (Cultura em Rede), que visou fomentar a articulação de grupos culturais paraibanos e brasileiros com a comunidade acadêmica do IFPB, na perspectiva de se constituir uma rede de parcerias culturais no âmbito territorial dos *campi*. Em suas duas edições (2017 e 2018), o Cultura em Rede contemplou propostas em quatro linhas de ação: economia da cultura; intercâmbio artístico-cultural; patrimônio cultural; e educomunicação.

A partir de 2020, as ações foram realizadas tendo a perspectiva dos programas institucionais que visavam à promoção cultural no contexto do IFPB

(Programa de Ação Cultural) que até o momento consiste no Prêmio IFPB de Artes Visuais; Concurso Literário de Poesias, Contos, Crônicas e Cordel; e Festival de Intérpretes e Canções do IFPB; e o fomento à Cultura (Programa *Campus* de Culturas), para reconhecer, apoiar e financiar as iniciativas de proposição da comunidade acadêmica que consiste na utilização do Sistema Único da Administração Pública (SUAP), para a realização de cadastro e registro de grupos artísticos e coletivos culturais oriundos dos *campi* e reitoria; e no edital Pró-Culturas (reconhecimento e de apoio à criação de grupos artísticos e coletivos culturais).

Nos últimos anos, a Cultura tem ocupado novos espaços na instituição, o que pode ser interpretado como passos iniciais rumo à construção de uma política cultural que responda aos desafios contemporâneos da agenda cultura e/na educação. Por outro lado, para consolidar seu espaço em seu caráter simbólico, cidadão e econômico, torna-se necessário ampliar a sua articulação institucional para dialogar e atuar em frentes intersetoriais dentro do espaço institucional.

O cumprimento desse desafio demandará, no âmbito da reitoria, a estruturação da Dcult, visto que se faz necessário estruturar o seu organograma, ampliar a sua equipe técnica, conquistar orçamento semelhante ao do ensino-pesquisa-extensão-inovação, ampliar o diálogo com a comunidade acadêmica a fim de aperfeiçoar a Resolução CS nº 140/2015 e estabelecer um plano de cultura institucional. No âmbito dos *campi*, em síntese, é preciso estruturar as coordenações de Cultura e os espaços e os equipamentos culturais, contratar equipe técnica especializada, ampliar a oferta de cursos do eixo tecnológico Produção Cultural e Design, mapear os territórios e as potencialidades culturais da sua área de abrangência e definir orçamento para a cultura.

### **3.4 Política e gestão culturais na UEPB**

Em meio a uma conjuntura nacional favorável à expansão e ao desenvolvimento de debates, ações e políticas públicas voltadas para a Cultura, assim como no contexto local de uma autonomia financeira administrativa conquistada junto ao governo do estado, em 2004, é criada a Coordenação de

Cultura na UEPB, com o intuito de ampliar as iniciativas artístico-culturais em diálogo com o tripé básico: ensino, pesquisa e extensão.

Em 2012, a Coordenação de Cultura foi elevada ao *status* de Pró-Reitoria de Arte e Cultura, chegando, em 2013, ao seu atual formato, de Pró-Reitoria de Cultura (Procult). Em menos de 10 anos, viu-se, na UEPB, a agenda de cultura ser escalonada, saindo de uma subpasta administrativa, dentro do organograma da reitoria, para tornar-se um setor com maior importância, influência e vinculação com os planos das políticas e ações gestoras dessa universidade.

A Procult conta atualmente com um quadro bastante diverso de servidores e prestadores de serviços, com mais de 40 pessoas, entre eles: pró-reitores titular e adjunto, diretores dos equipamentos culturais, curadores, assessores, produtores culturais, professores das modalidades artísticas ministradas, técnicos administrativos e auxiliares administrativos. Parte de sua equipe técnica é dedicada a funções como desenvolvimento de projetos gráficos, assessoria de comunicação, produções de webjornalismo e assessoria a grupos culturais, por ter, em seus quadros, servidores com larga experiência na produção e gestão cultural.

Por sua natureza, a Procult dialoga diretamente com um conjunto de eventos realizados por ela própria, pela UEPB e por outros órgãos públicos e organizações sociais, seja na cidade-sede, Campina Grande, seja em outras cidades onde a universidade está presente. Podem-se apontar alguns dos eventos mais importantes desta Pró-Reitoria, sendo eles: *i)* Encontro de Sanfoneiros e Tocadores de Fole de 8 Baixos da Paraíba, caravana cultural que percorre os oito *campi* da UEPB, além de outras cidades do estado, com apresentações, oficinas e intercâmbio entre tocadores e mestres que mantêm viva a cultura da sanfona e do fole de oito baixos; *ii)* Forró da Resistência, evento de fomento à cultura popular e expressões artísticas ligadas às festividades de São João — o coco, a embolada, o forró, o repente, o baião, o xaxado, a dança, as vestimentas e a culinária junina —; *iii)* Bloco da Cinquentinha, evento carnavalesco surgido em 2017, em alusão aos 50 anos de criação da UEPB, inicialmente idealizado para a comunidade acadêmica, mas que, nos anos seguintes ganhou grandes proporções, ao ponto de desfilar e tomar as ruas de

Campina Grande, resgatando a memória e revivendo práticas dos antigos carnavais de rua da cidade; iv) Festival Universitário de Artes, evento que promove o encontro entre a comunidade acadêmica e os artistas paraibanos por meio de palestras, mesas-redondas, exposições, mostra de curtas-metragens, apresentações de teatro, dança e música, com uma programação que privilegia a produção artístico-cultural paraibana, proporcionando um amplo espaço de discussão acerca das políticas públicas para cultura e das temáticas relacionadas aos diversos segmentos da arte e seus respectivos espaços na sociedade.

Atualmente, a Procult conta com quatro equipamentos culturais, sendo eles o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Centro-Artístico Cultural (CAC), o Museu de Arte Popular da Paraíba (Mapp) e o Memorial do Grupo de Tradições Populares Acauã da Serra, como também mantém os Núcleos de Arte e Cultura, presentes nos sete outros *campi* da universidade. A seguir, relatar-se-ão aqui um pouco da produção desses equipamentos e núcleos, bem como refletir-se-á ainda sobre a sua relação com a instituição e as localidades onde estão instalados, a partir de suas ações e de sua inserção e diálogo junto ao campo cultural e seus agentes.

O MAC foi inaugurado em 2012. Devido a restrições orçamentárias impostas à UEPB pelo governo do estado — o que dificultou sua manutenção — ficou desativado a partir de 2016. Em suas dependências, o museu dispõe de um auditório, dois salões destinados às exposições permanentes, um salão para exposições temporárias, um mezanino, uma sala de reuniões e uma biblioteca de Arte. Suas atividades estão planejadas para serem retomadas brevemente, a partir de um acordo firmado, em 2018, entre a UEPB, a Fundação Pedro Américo (mantenedora da TV Itararé), de Campina Grande, e a Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura), de São Paulo. À universidade, caberá fiscalizar o desenvolvimento e cumprimento das atividades administrativas relativas à parceria firmada. À Fundação Pedro Américo, caberá às responsabilidades jurídica e financeira para a concretização dos objetivos descritos nas cláusulas conveniadas, conforme a necessidade, para o pleno funcionamento do equipamento cultural. Já, sob responsabilidade da Fundação Padre Anchieta ficará o desenvolvimento da assessoria técnico-científica e cultural, assim como

a disposição de seu acervo histórico, cultural, informativo e documental ao museu.

O CAC é um equipamento com forte inserção na vida cultural da cidade. Além de uma intensa programação anual promovida pelo próprio centro, também inúmeros grupos fazem uso de suas dependências para desenvolvimento de suas ações, o que torna sua ocupação bastante diversa e seus públicos variados. Em 2018, o CAC promoveu 13 cursos, abrangendo mais de 900 pessoas — de crianças a idosos — da comunidade campinense, com oficinas de teatro infantil e adulto, desenho e pintura, filarmônica, canto coral, percussão regional, violão, dança de salão, acordeom, sanfona de oito baixos, balé, dança do ventre, dentre outras modalidades artísticas.

O Mapp é também conhecido como Museu dos Três Pandeiros. Localizado às margens do Açude Velho, em Campina Grande, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sendo essa a sua última obra. Inaugurado em 13 de dezembro de 2012, teve sua abertura definitiva ao público somente em junho de 2014. Seu acervo acolhe trabalhos de artistas paraibanos como Sivuca, Jackson do Pandeiro, Marinês, Elba Ramalho, entre outros. Cada uma das três estruturas circulares, em alusão a pandeiros, remete a um determinado gênero artístico. Desse modo, seu complexo de exposição e acervo documental está diretamente ligado à música, à cantoria popular, ao artesanato, à literatura de cordel e à xilogravura

Em 2018, recebeu mais de 27.504 visitantes de todo o Brasil, bem como estrangeiros de diversos países. Esse expressivo número de visitas, assim como esta diversidade de públicos, vem repetindo-se ao longo dos últimos anos. Ainda em 2018, 141 instituições de ensino públicas e privadas estiveram no museu, tendo suas visitas guiadas por monitores que integram o projeto de extensão “Informação e Interação no Mapp: Suporte de Atenção aos Visitantes”. Ao todo, 14 monitores dedicam-se a mediar visitas, contextualizando as exposições em cartaz.

Por fim, o Memorial do Grupo de Tradições Populares Acauã da Serra é também um importante equipamento, responsável pela preservação e difusão da memória desse grupo artístico-cultural, fundado em 1º de maio de 1986, e que é um corpo artístico permanente ligado à instituição. O grupo utiliza música

e dança para expressar as manifestações culturais do Brasil, em especial do Nordeste. Atualmente, é formado por cerca de 40 componentes entre dançarinos, músicos, coreógrafos e diretores, mas, ao longo de toda sua trajetória, contabiliza a participação de mais de mil artistas. O memorial foi criado no final de 2015 e dedica-se a preservar e a expor seus figurinos, adornos, imagens e demais elementos que, reunidos, constroem uma narrativa que conta a história do grupo. Nessas três décadas, o Acauã da Serra já realizou mais de 500 apresentações, tendo circulado por diversas regiões do Brasil, além de diversos países, como Bélgica, Chile, Espanha, França, Itália e Portugal.

Além dos equipamentos culturais localizados em Campina Grande, a Procult marca sua presença em diversas cidades do estado por meio dos Núcleos de Arte e Cultura a ela vinculados, espalhados pelos *campi* de Araruna, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Lagoa Seca, Monteiro e Patos. Suas atividades contribuem diretamente para a dinamização da Cultura nessas localidades, à medida que, ao mesmo tempo, promove uma oferta cultural variada e catalisa públicos diversos, muitos dos quais tomam contato com programações culturais através das ações desenvolvidas por esses núcleos. Não será o caso de detalhar a vasta produção oriunda deles, mas é importante destacar que, sua atuação e presença nessas localidades produzem importantes significados para a valorização da cultura local.

Além de suas estruturas físicas e do aporte de recursos orçamentários e humanos para a execução de projetos e gestão dos equipamentos culturais supracitados, a Procult atua como um meio de assistência à comunidade acadêmica, aos artistas, aos grupos e aos coletivos de cultura da Paraíba, principalmente da cidade de Campina Grande, onde se encontra a sua sede, no *Campus I*, a qual dispõe de todo o aparato logístico da universidade.

Diante do exposto, alguns desafios se impõem para a potencialização dessas estruturas, políticas e ações. Um desses desafios é a importância de se afinar ainda mais a articulação entre os *campi*, formando, a partir dos equipamentos culturais e dos Núcleos de Arte e Cultura, um circuito cultural que agregue a ampla produção cultural do estado, a comunidade acadêmica e a sociedade na execução das políticas culturais da Procult, fortalecendo não somente ela, mas todos os atores envolvidos. Outro desafio é a necessidade de

se avançar na constituição de uma dotação orçamentária própria para a Procult junto à reitoria, o que seria capaz de fazer avançar com mais agilidade e liberdade as deliberações acerca dos investimentos pautados pelo órgão, bem como fugir de determinados entraves administrativos impostos. Pensando ainda de maneira sistêmica, e que, mesmo que preservada sua autonomia, a UEPB encontra-se sob o guarda-chuva do governo do estado, outro caminho para a potencialização desse trabalho é mediante um maior alinhamento entre as ações e políticas públicas desenvolvidas pela Pró-Reitoria e pela Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba (Secult-PB), o que poderia proporcionar mais investimentos e o desenvolvimento de projetos com certas afinidades dentro do estado, ampliando o raio de alcance de ambas instituições e o benefício de tais ações para a população paraibana.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os dados apresentados demonstram a representatividade e a abrangência das quatro IPES por todo o território paraibano, e mais especificamente como isso se concretiza por meio de suas ações, projetos, políticas e estruturas acadêmicas e de gestão voltadas ao campo cultural, demonstrando toda sua potência, bem como sua necessária articulação, seja entre setores de uma mesma instituição, seja entre distintas IPES. Tais elementos são ativos dos quais essas instituições são detentoras. São, por assim dizer, o seu capital cultural mais significativo. Há, portanto, toda uma potencialidade para a formação de redes de criação, produção, circulação e fruição cultural.

É de se reconhecer que esta pesquisa não dá conta de uma outra dimensão diretamente ligada a esse cenário: a dimensão das práticas e das experiências culturais que todos esses equipamentos e espaços de fruição estimulam. Isso só seria possível a partir de um trabalho fundamentalmente antropológico, capaz de captar processos que surgem e se desdobram dessa complexa trama entre artes, culturas, instituições de ensino e territórios.

No entanto, busca-se aqui um relato e análise do atual contexto das gestões culturais nessas IPES e das políticas que desenvolvem, a fim de

evidenciar os diferentes estágios de institucionalização do campo cultural e seus reflexos internos e externos. Nesse sentido, pode-se afirmar que, ainda que apresentem estágios de desenvolvimento e consolidação distintos, há muitos desafios em comum no que tange à institucionalização da cultura.

As etapas de amadurecimento e interação das políticas de cultura e educação relatadas brevemente no início deste trabalho, ainda que apresentem descontinuidades, deixam sua marca nos debates contemporâneos acerca das políticas e das gestões culturais das IES brasileiras. Se por um lado, a Cultura deve seu desenvolvimento substancialmente à extensão, pelas décadas em que vieram caminhando juntas no interior das administrações universitárias e pela ação social desenvolvida, hoje, são diversas as vozes que provocam a discussão de uma maior autonomização do campo cultural. Em que pese a atual noção de extensão e sua indissociabilidade junto ao ensino e pesquisa, compreende-se que a mesma constitui-se em um “processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (BRASIL, 2018). Neste sentido, há na extensão um fator cultural constituinte, que a define em seus contornos multifacetados de dimensão interdisciplinar do ensino superior. Por sua vez, a Cultura também é, concomitantemente, fator constituinte da pesquisa e do ensino, às quais apresenta-se ainda como importante objeto temático. Ao que se pode afirmar que vai além até mesmo do modelo estabelecido de tripé básico, ultrapassando as dimensões consolidadas que o compõem e ligando-se às próprias dinâmicas socioculturais das instituições de ensino e seus atores. Desse modo, entende-se que a extensão, como prática curricular que se volta primordialmente para o compartilhamento de saberes com as comunidades externas em temas de pertinência social para o contexto de atuação, não alcança a abrangência ampliada que o campo cultural apresenta atualmente em seu processo de configuração complexa, inserção social e transversalidade.

Contudo, ao defender maior autonomia em relação à extensão, esta não deve ser confundida com o rompimento de laços ou com um projeto de desarticulação, nem mesmo de negação da trajetória conjunta que ambas carregam. Pelo contrário, a centralidade proposta vem no sentido de

compreender a presença da cultura em toda a tríade ensino-pesquisa-extensão e de perceber que não apenas perpassa toda ela, como ultrapassa e vincula-se a outros sentidos e dimensões da experiência universitária, da vida em si, à medida que cada *campus* pode ser considerado um equipamento cultural, um organismo cultural vivo.

Nesse sentido, acredita-se que é preciso repensar o *lugar* da Cultura nas IPES, de modo que ela emergja enquanto política estruturante, capaz de conduzir as instituições de ensino superior a um processo de desenvolvimento que reconheça o fator cultural como um de seus principais vetores, tornando-se polos irradiadores de uma ampla política que deve alinhar-se, cada vez mais, às estratégias locais de desenvolvimento social, humano, educacional, cultural e econômico. As interações entre Cultura e Educação, em seus diversos níveis, estão situadas no marco dos modelos e das estratégias de desenvolvimento mais inovadores em todo o mundo. As IPES, por sua vez, não podem passar ao largo desse debate.

Assim, busca-se provocar esse debate em um caminho que seja o de reconhecimento da Cultura como a *quarta dimensão* da tríade constitutiva, que deixa de ser básico para se ampliar conceitual e administrativamente. Ensino, pesquisa, extensão e cultura, dimensões articuladas que ampliam a compreensão da função social dessas instituições.

Para a centralidade aqui proposta, não há modelos estanques, previamente definidos, ainda que seja importante reconhecer as experiências construídas nos últimos anos – como a construção do SNC, com seus elementos básicos, de conselho, plano e fundo (o CPF da Cultura), além de órgão gestor, orçamento e outras instâncias. Assim, sem apontar modelos, posto que deve ser levado em consideração o contexto de cada IPES, é preciso fazer avançar tais debates no interior das instituições, em processos participativos, com vistas à formulação, aprimoramento e desenvolvimento dos formatos de gestão mais adequados a cada realidade.

## REFERÊNCIAS

ACCO, M. A. **Documento técnico contendo a Proposta de Modelo de Governança e Gestão para a implementação das ações de educação desenvolvidas pelo MinC, e sistematização de três referências conceituais e melhores práticas de políticas públicas (nacional e internacional) que integrem cultura e educação.** [S.l.]: Unesco – Projeto 914/BRZ/4013 – Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil, 2012.

BEZERRA, I. C. **Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Instrumento Musical do IFPB:** reflexões a partir dos perfis discente e institucional. 2017. Tese (Doutorado em Educação Musical) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

BOTELHO, I. Cultura e universidade: reconstruindo as trajetórias dos diálogos institucionais. *In:* CALABRE, L. (org.). **Políticas culturais:** teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura.** São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

PACHECO, E. **Os institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

RIGUEIRA JR., I. O novo lugar da cultura. **Diversa**, Universidade Federal de Minas Gerais, a. 7, n. 13, 2008.

VICH, Victor. **Desculturalizar la cultura:** la gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires, Siglo XXI, 2014.

SOUZA, Alexandre Santos A. de. **Políticas públicas de cultura para as Universidades: trajetórias institucionais e proposições ao contexto da UFPB.** Orientadores: Zulmira Nóbrega e Marco Antonio de Castilhos Acco. 2015. 77 p. Trabalho de Conclusão de Curso defendido para obtenção do título de graduado em Comunicação Social - Habilitação Radialismo.

SOUZA, Alexandre Santos A. de; ACCO, Marco Antonio. Políticas culturais nas universidades: a construção de uma agenda participativa e a derrocada autoritária. *In:* **XIV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura -**

Enecult, 2018, Salvador/BA. Edição 2018 - XIV Enecult. Salvador/BA, 2018. v. 1.